

Aprovada na 893ª sessão

ALADI/CR/Ata 889
(Extraordinária)
18 de março de 2005
Hora: 11h15m às 12h10m

ATA DA 889ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

Assume o cargo de Secretário-Geral da ALADI o Dr. Didier Operti Badán (ALADI/CM/Resolução 58 (XIII)).

Preside:

LEONARDO CARRIÓN EGUIGUREN

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Armando Loaiza Mariaca e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, José Amir Da Costa Dornelles, Luciano Mazza de Andrade, María Cristina Ferraz Alves, Daniela Arruda Benjamín e Elói Ritter Filho (Brasil), Carlos Appelgren Balbontín e Oscar Quina Truffa (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador), Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Bernardino Hugo Saguier Caballero, Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi e Nancy Doria de Guggiari (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Agustín Espinosa Lloveras, Miguel Pereira e Jorge Luis Jure (Uruguai), María Lourdes Urbaneja e Luisa López Moreno (Venezuela), Jaebum Kim (Coreia), Fernando Valderrama Pareja (Espanha), Luis A. Frappola (Nicarágua), Vasile Macovei (Romênia), Igor Romanchenko (Rússia), Roberto Casañas (OEA).

Convidados especiais: Reinaldo Gargano, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai; Julio María Sanguinetti, Ex-Presidente do Uruguai; Jorge Batlle, Ex-Presidente do Uruguai; Luis Hierro López, Ex Vice-presidente do Uruguai.

Secretário-Geral: Didier Opertti Badán.

PRESIDENTE. Bom dia, damos início à sessão, extraordinária, No. 889 do Comitê de Representantes da ALADI, com o único ponto da agenda de dar as boas-vindas ao Secretário-Geral, Dr. Didier Opertti.

A reunião terá o seguinte programa: primeiro, palavras do Presidente; segundo, palavras do doutor Opertti e terceiro, palavras do senhor Chanceler da República Oriental do Uruguai. Para finalizar se realizará um brinde no Hall.

Senhor Ministro das Relações Exteriores; senhores Senadores e Deputados da República Oriental do Uruguai; senhores ex-Presidentes da República; senhor ex-Secretário-Executivo da ALALC; senhoras e senhores Embaixadores Representantes Permanentes junto à ALADI e demais membros das Representações; senhor Secretário-Geral Didier Opertti; senhores Representantes de Países e Organismos Observadores; senhores Embaixadores Representantes do Corpo Diplomático acreditados perante o Governo do Uruguai; senhores convidados especiais; senhora de Opertti e demais membros da família; funcionários da Secretaria-Geral, senhoras e senhores:

Constitui para mim honra muito especial presidir esta sessão, extraordinária, como Co-Presidente do Comitê de Representantes, já que compartilho da Presidência do Comitê com a Excelentíssima senhora Embaixadora da Colômbia, e diletta amiga de todos nós, a

senhora Claudia Turbay, em espera da designação, por parte da República de Cuba, de seu Representante Permanente, que deverá presidir o Comitê até 30 de junho próximo.

O Conselho de Ministros da ALADI, em sua Décima Terceira Reunião, no mês de outubro passado, designou por aclamação o Chanceler da República Oriental do Uruguai, doutor Didier Operti, como Secretário-Geral da ALADI para o período 2005-2008, para suceder o Embaixador Juan Francisco Rojas, que ontem concluiu seu mandato.

Minha Co-presidenta, a senhora Embaixadora da Colômbia, foi eloqüente, na sessão extraordinária de ontem, ao manifestar o reconhecimento do Comitê em pleno ao Embaixador Rojas pela brilhante tarefa cumprida, e pela dedicação demonstrada por ele, juntamente com os Secretários-Gerais Adjuntos, ao nobre mandato de nossa instituição.

Na sessão de hoje nos dedicaremos a dar as boas-vindas ao novo Secretário-Geral.

O doutor Operti chega à honrosa missão que lhe confiaram os países-membros da ALADI, com grande bagagem acadêmica no campo do Direito e das Relações Internacionais. Une-se a isso sua muito ampla e destacada experiência em organismos internacionais, especialmente dentro do sistema inter-americano, assim como também uma trajetória de serviço público que inclui uma vasta experiência na condução de altas responsabilidades na República Oriental do Uruguai, onde ocupou as carteiras do Interior e das Relações Exteriores, de 1995 até 1º de março deste ano.

A amplíssima e distinguida trajetória do doutor Operti, constitui, sem dúvida, uma bagagem de inestimável valor para enfrentar os novos desafios que a Secretaria-Geral de ALADI terá daqui em diante.

Assistimos a um momento de importância inédita na trajetória dos esforços de integração que unem os Governos membros da ALADI, e a nossa região latino-americana toda. Corresponderá ao doutor Operti a extraordinária missão de constituir-se no timão de um processo de mudança, ao qual os Governos membros da Associação conferem enorme transcendência.

Com o Tratado de Montevideu 1980, que transformou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio em Associação Latino-Americana de Integração. Foram dados os passos fundamentais para que o processo de integração regional adquirisse renovado impulso. Isso, ao pôr de manifesto a visão compartilhada por seus membros acerca da integração como um processo não supeditado exclusivamente ao intercâmbio comercial, senão capaz de abranger outros aspectos-chaves da gestão mancomunada: as políticas fronteiriças, a infra-estrutura, as políticas energéticas, a saúde e os projetos educativos e culturais.

Todo o anterior, tendo como marco de referência e horizonte uma região fortalecida nas metas compartilhadas de caminhar juntos e, no processo, tornando tangíveis os benefícios de nossa vocação integracionista, tão notório em sua durabilidade, por ter-se negado a desaparecer ao longo de nossa história republicana, além de qualquer adversidade.

Em um contexto mundial crescentemente complexo, porém, o processo em referência sofreu uma série de altos e baixos. Uma série de correntes anti-integracionistas sopraram de outras regiões; o bilateralismo começou a adquirir renovada popularidade; fomos comparados com outros modelos econômicos de países e regiões longínquas e com realidades geopolíticas muito diferentes às nossas, e tratou-se de consagrar o processo de

globalização como norma das relações intra e extra-regionais, tentando romper o apego de nossas visões de futuro às especificidades e fortalezas próprias de nossa região.

Tudo isso, com uma série de implicações problemáticas para avançar no projeto de uma região capaz de transitar firmemente para a concretização de processos de integração tangíveis para nossas economias e sociedades. Aquele contexto desafiava nossas possibilidades concretas de exigir, juntos, o reconhecimento, por exemplo, além de qualquer corrente uniformizadora das práticas econômicas e trabalhistas, as condições e especificidades de nossos povos, e de nossa região.

No início de um novo século e milênio, porém, os processos de integração em nossa região, e a idéia da integração como princípio reitor de nossas buscas democráticas de bem-estar e dignidade para todos, adquiriram renovado vigor e sentido. Isso está demonstrado, de forma fidedigna, nos esforços conjuntos de nossos Governos, e nas redes de participação cidadã, sociais e culturais, que crescem de forma vigorosa e firme em nossa região, pondo-nos diante de nós exemplos de busca, por parte dos atores sociais da região, de grandes projetos compartilhados, capazes de abranger todos, em nossa mais ampla diversidade.

Passaram vinte e cinco anos da adoção do Tratado de Montevideu e este está, atualmente, mais vigente que nunca. Com efeito, o Tratado de Montevideu deu as pautas para que os países que conformam a Comunidade Andina e os que conformam o MERCOSUL assinassem, em outubro passado, após quase dez anos de negociação, um acordo comercial muito importante em sua amplitude e alcance, que cria, juntamente com os já assinados com o Peru, a Bolívia e o Chile, um espaço comercial de mais de 350 milhões de pessoas, uma vez concluídos os respectivos processos de internalização, que o mais tardar ocorrerá durante este mês, entrando em pleno vigor em primeiro de abril próximo. A estes acordos se somam os assinados entre todos os países mencionados com o México, e os que foram assinados e estão em processo de negociação com Cuba, o sócio mais recente da ALADI, que nos permite vislumbrar o cumprimento, em um futuro próximo, de um dos principais objetivos do Tratado de Montevideu 1980.

O Conselho de Ministros de outubro passado outorgou ao Secretário-Geral e ao Comitê de Representantes de nossa Associação um mandato firme e concreto, encaminhado à conformação progressiva de um Espaço de Livre Comércio na ALADI, com a perspectiva de atingir o objetivo previsto no Tratado, isto é, o estabelecimento de um mercado comum latino-americano. Para isso está disposto a continuar com a estratégia negociadora atual, aprofundando os acordos de livre comércio já assinados e promovendo a negociação de acordos deste tipo entre os países que ainda não assinaram este tipo de acordos.

Tudo isso dentro de um espírito de regionalismo aberto, que reforce as negociações celebradas nos diferentes âmbitos dos países-membros da ALADI com os países de fora da região.

No Conselho de Ministros, realizado em 18 de outubro passado, os Chanceleres e Altos Representantes dos países-membros deixaram claramente estabelecida uma filosofia comum entre todos, de avançar na integração plena de nossa região, a fim de obter uma verdadeira inserção no mundo globalizado, assegurando o respeito a nossas idiossincrasias e particularidades, os direitos de nossas sociedades e de nossos povos indígenas e, especialmente, de nosso habitat, tão importante para a saúde de nosso planeta e, porém, permanentemente enfrentado a interesses de acumulação perversa cuja busca de lucros imediatos ameaça com sua destruição.

Nossa região tem uma dívida de séculos com grande parte de sua população, que permanece em condições de pobreza e registra, talvez, o recorde de ter a pior distribuição de ingressos do planeta. Enfrentar esta realidade lacerante tornou-se prioridade *sine qua non* de nossos Governos, mas, sem dúvida, a luta por superá-la não podemos realizá-la de forma individual. Necessitamo-nos para ampliar nossos mercados regionais, para defender-nos dos embates a nosso intercâmbio comercial provenientes de outras regiões do mundo, que têm vantagens geopolíticas que nós, talvez, não podemos igualar, nem desejamos igualar. Entramos no século XXI sem ter podido superar a maioria de nossos problemas históricos de exclusão social, econômica e cultural herdados do Século XIX. O tempo não nos espera e devemos dedicar-nos com todo vigor do que sejamos capazes, com todas as nossas forças, inteligência e vocação de serviço, a enfrentá-los de maneira decidida.

Por isso, o tema da integração adquire cada vez mais vigência, e o desafio é ainda maior. Os esforços de integração sub-regional foram feitos através de modalidades diversas, que hoje mostram, de maneira inédita, notórias oportunidades de convergência.

No passado a Comunidade Andina avançou por seu próprio caminho, também o MERCOSUL. O Chile, por seu lado, que continuou seu próprio caminho no passado, associou-se a ambos grupos regionais. O México desenvolve uma dinâmica política internacional e a Cuba se está integrando a um mundo de intrincadas redes comerciais.

Resta estabelecer um processo acelerado de convergência que torne tangíveis os esforços dos países que estão dedicados à criação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações, e já se está falando de ampliá-la para uma Comunidade Latino-Americana incluindo, logicamente, o México e a Cuba, América Central e o Caribe, assim como Guiana e Suriname, que participaram da última Reunião de Cúpula de Cuzco.

A tarefa não é fácil, mas é sumamente urgente. Nossos Governos encarregaram às Secretarias da CAN e do MERCOSUL, assim como às da ALADI e às do Pacto Andino um esforço de convergência. Este esforço é o início e a comunidade regional é a meta final.

Considero oportuno lembrar as palavras do Chanceler da República do México, senhor Luis Ernesto Derbez, na visita realizada a esta Casa em abril do ano passado, e cito: “a ALADI deverá adaptar estruturas e métodos para responder melhor à nova dinâmica da integração, com base em uma firme vocação de regionalismo aberto. Nossa tarefa é desenhar os mecanismos que ofereçam um apoio real à igualdade jurídica e de oportunidades entre todos os membros da Associação, com especial ênfase no apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo para superar esta condição”.

Esta mensagem resume, de forma notoriamente clara, a vontade de todos nossos Governos. E foi recolhido em sua integridade pela Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros que outorgou um claro mandato ao Comitê de Representantes e ao novo Secretário-Geral para que adaptem a estrutura organizacional da ALADI às prioridades e funções a serem cumpridas nesta nova etapa.

A ALADI tem 25 anos de vida. Esses 25 anos representam um processo de aprendizagem extraordinariamente importante, que nos permite colocar em perspectiva sua estrutura atual. Essa perspectiva, acompanhada com a definição do papel que deve cumprir a ALADI no processo de integração latino-americana, permitir-nos-á determinar as mudanças que deveremos realizar em seu impulso de futuro.

A este mandato deve acrescentar-se a necessidade de apresentar um projeto que permita buscar uma solução às dívidas que os países mantêm com a Associação e um

sistema que permita evitar para o futuro a recorrência do problema, a fim de que os escassos recursos existentes cheguem oportunamente e possam ser utilizados ao máximo de sua eficiência.

Senhores Representantes e senhores convidados especiais: os desafios que enfrentará a ALADI nos próximos anos são muito grandes. Somos conscientes de que não podemos falhar. Nossos Governos e nossas sociedades assim o exigem. O horizonte observável é suficientemente promissor como para que o esforço nos convoque a trabalhar com entusiasmo, baseados na convicção de que o caminho da integração é, cada vez mais, uma vocação compartilhada e uma exigência histórica inevitável.

É nesse espírito, e com grande expectativa na tarefa que nos espera, que desejo ao novo Secretário-Geral, doutor Didier Operti, muito sucesso. Desejo, também, comprometer a tarefa do Comitê para trabalhar de forma mancomunada com nosso flamante Secretário-Geral, cada um em seu âmbito específico, para atingir as metas compartilhadas.

Doutor Operti: muita sorte e seja bem-vindo à Casa da Integração da América. Obrigado.

- Aplausos

Tem a palavra o novo Secretário-Geral da ALADI, o doutor Didier Operti.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Embaixador do Equador Leonardo Carrión; senhores Representantes Permanentes, membros do Comitê; senhores Delegados dos países-membros da ALADI; senhor Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Reinaldo Gargano; senhores Legisladores Nacionais; senhores Presidentes doutor Julio María Sanguinetti e doutor Jorge Batlle Ibáñez que me honram com sua presença; senhor ex Vice-presidente da República, professor Luis Antonio Hierro; senhor Diretor da Secretaria do MERCOSUL; senhores Representantes de Países e Organismos junto à ALADI e senhores membros do Corpo Diplomático, acreditados na República; senhores Convidados Especiais; senhoras e senhores:

O Conselho de Ministros da ALADI, órgão supremo da Associação, adotou, em 18 de outubro de 2004, um conjunto de Resoluções, dentre elas, minha designação para Secretário-Geral desta organização de integração, gesto de confiança dos Governos, que suscita um reconhecimento expresso e franco, tanto institucional quanto pessoal.

Assumo hoje este cargo, que me confere a responsabilidade de dirigir a Secretaria-Geral, órgão técnico da ALADI.

Exercerei minhas funções e atribuições em relação direta com o Comitê de Representantes, órgão político permanente da ALADI, integrado pelos doze Estados que a compõem; ambos os órgãos, com sede nesta Casa, a Casa da Integração da América Latina. O Conselho de Ministros e a Conferência de Avaliação e Convergência completam a estrutura orgânica e aparecem como instâncias políticas máximas.

Tudo isso, ao amparo do Tratado de Montevideu de agosto de 1980, que institui esta Associação Latino-Americana de Integração e, que outorga ao Secretário-Geral, dentre outras faculdades importantes, a de representar a ALADI perante organismos e entidades internacionais, bem como a de administrar seu patrimônio e de analisar, por iniciativa própria, o cumprimento dos compromissos acordados.

Assumo este cargo no momento em que o Comitê de Representantes se prepara para elaborar um programa para a conformação progressiva de um Espaço de Livre-Comércio na ALADI, com base no que foi aprovado pelo Conselho de Ministros, por meio de uma resolução expressa nesse sentido, a Resolução 59, que foi adotada em sua Décima Terceira Reunião, em outubro do ano passado.

Dessa Resolução consta o caminho a seguir para a construção desse espaço, por meio do aprofundamento dos acordos de livre-comércio já assinados entre os Estados-Parte da ALADI e da promoção das negociações, para que esse tipo de acordos seja, também, celebrado pelos países que ainda não o fizeram, e que mantêm, simplesmente, determinados acordos de preferências fixas.

Trata-se, portanto, de um programa ambicioso; a própria Resolução 59 detalha seus componentes, de cuja menção exaustiva eximo os presentes, sem prejuízo de recordar que esses componentes incluem o acesso aos mercados; o apoio aos países de menor desenvolvimento relativo, abrangendo as chamadas assimetrias existentes na região, i.é., a diferença marcante entre as economias dos Estados-Parte da ALADI; a integração física regional, i.é., transporte, energia, telecomunicações, logística, facilitação aduaneira; o relacionamento com o setor empresarial, o do trabalho, o acadêmico, etc.

Na mesma Reunião de outubro p.p., o Conselho de Ministros, mediante a Resolução 60 (XIII), expressou-se com clareza a respeito do “papel da ALADI e seu funcionamento para o desenvolvimento e a consolidação do processo de integração regional”. Isso que acabo de dizer é literal.

Ali foram reconhecidos os desafios apresentados pelo processo de integração regional “como instrumento prioritário, que permita um desenvolvimento harmônico e equilibrado nos âmbitos institucional, econômico e social de nossa região”, com base em “um decisivo compromisso político”.

Também foi solicitado à ALADI que tenha “um papel mais destacado e proativo para responder de forma oportuna e eficiente às demandas e expectativas de nossos países”, reafirmando, assim, a plena vigência do objetivo estabelecido no Tratado de Montevidéu 1980 de “estabelecer, de forma gradual e progressiva, um mercado comum latino-americano”.

Em consonância com esse pronunciamento, de indubitável significado e impacto, o Conselho de Ministros resolveu encomendar ao Comitê de Representantes, que o senhor dignamente preside, um conjunto de encargos. No que concerne à Secretaria-Geral, encomendou-lhe, também, vários assuntos; dentre eles, e tendo em vista o objetivo central do Espaço de Livre-Comércio, os de dedicar especial atenção ao assessoramento técnico e jurídico fornecido aos países-membros em diversos assuntos, tais como “negociações comerciais” e “solução de controvérsias”.

Outrossim, de acordo com a mesma Resolução 60 (XIII), “a ALADI terá de adequar sua estrutura organizacional às prioridades e funções a serem cumpridas nesta nova etapa”, para “ter maior eficiência, racionalizar suas despesas e atingir a sustentabilidade financeira da organização”.

Portanto, será preciso projetar uma fórmula para o problema do endividamento da ALADI com instituições bancárias e com o fundo de garantia dos funcionários, endividamento que, em 30 de novembro de 2004, atingia o montante de US\$ 7.590.000, i.é., 163,48% do montante das anuidades aprovadas para 2004.

E, por último, terá de ocorrer “a reformulação da estrutura orgânico-funcional da Secretaria-Geral, incluindo a revisão dos cargos e das funções”.

A análise e a implementação do programa do Espaço de Livre-Comércio, bem como a reestrutura orgânico-funcional da Secretaria-Geral, são tarefas às quais, junto com o Comitê, temos de nos dedicar imediatamente.

Senhor Presidente do Comitê de Representantes da ALADI, até aqui, o marco normativo básico dentro do qual o Comitê e nós teremos de agir, e os mandatos do Conselho de Ministros.

No entanto, e sem esquecer esse marco, é imprescindível que, tendo em vista as competências de cada um dos órgãos da ALADI, expresse meus pontos de vista, como antecipo da formulação de propostas que terei de submeter à consideração do Comitê, em exercício das funções e atribuições que outorga o Tratado de Montevidéu 1980 à Secretaria-Geral, especialmente, seu Artigo 38, letra a).

A ALADI, como é notório, não é produto de um ato instantâneo ou único. É resultado presente e vivo de uma evolução política-institucional, que tem como primeira etapa formal o Tratado de Montevidéu de 18 de fevereiro de 1960, pelo qual foi criada a ALALC, Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, que foi substituída, depois, com a entrada em vigor do Tratado de Montevidéu 1980, de duração indefinida, que criou a ALADI, como é hoje, em sua definição jurídico-institucional.

Poderíamos dizer que aquele ambicioso projeto de ALALC, que tantas esperanças despertou, não pôde prosperar devido a diversas razões, tais como a difícil e até impossível compatibilização de uma concepção desenvolvimentista e de protecionismo industrial, por um lado, com um programa, não menos ambicioso, de reduções tarifárias, por outro.

Se não impossível, pelo menos, muito difícil era aquela simbiose: proteger o desenvolvimento industrial, por um lado, e abrir a economia, liberalizando tarifas, por outro.

O que antecede, fazendo uma análise econômica, explica que, entre 1955 e 1960, o comércio intra-ALALC representasse apenas 10% do comércio total dos países associados.

Da etapa ALALC passou-se à etapa ALALC-ALADI, que permite constatar que, na década de oitenta, quase 30 anos depois, o comércio intra-regional já referido, atingia apenas 12% desse mesmo comércio total dos países associados. Dado ainda mais preocupante, se observarmos, nesse tempo, paralelamente, a perda de participação da região no comércio mundial.

Especialistas no assunto já disseram que, “com ou sem razão, mas com realismo, é preciso admitir que o esquema ALALC-ALADI já se esgotou”. Concordando ou não com o diagnóstico, ele é, em si, extremo e preocupante.

Em uníssono, também é atribuída certa responsabilidade aos próprios mecanismos de integração multilateral, apesar dos esforços e da boa vontade de cada um dos Governos por fazê-los funcionar utilmente.

Hoje, os tempos são outros, dentro e fora da região. Tempo de globalização econômica, financeira, produtiva, científica e tecnológica. Tempos nos quais a soberania dos Estados se concilia com os compromissos planetários e com os de alcance regional.

No que respeita à integração, já foi dito até que ela constitui uma das respostas possíveis ao desafio da globalização ou da mundialização.

Mesmo não compartilhando tão rotunda afirmação, poderíamos dizer que, em grande parte, esse fenômeno da globalização contribui para estimular o regionalismo, seja devido à proximidade geográfica, seja por afinidades históricas, políticas, econômicas, sociais ou culturais.

Tudo isso, sem que seja necessário criar uma antinomia com as organizações e com os cenários de vocação universal.

Portanto, este é o tempo da ALADI, já não é o tempo da ALALC, já não é o tempo da ALALC-ALADI. É o tempo da ALADI ou, pelo menos, o tempo no qual a ALADI deveria se localizar.

Longe de ser uma afirmação puramente retórica ou de circunstância protocolar, esta afirmação fundamenta-se e legitima-se na correta leitura dos dados da realidade. Essa realidade está nos mostrando que, hoje, o comércio realizado no âmbito da ALADI mostra sinais de crescimento sustentável.

Isso ocorre, essencialmente, devido ao crescimento operado no interior dos acordos sub-regionais, como no MERCOSUL, na CAN, com variantes, naturalmente, especialmente, a partir dos noventa, e de uma verdadeira rede de Acordos de Livre-Comércio entre o MERCOSUL e o Peru, entre o MERCOSUL e a Colômbia, o Equador e a Venezuela, entre o México e o Uruguai, bem como de Acordos de Complementação Econômica entre o México e o MERCOSUL com vistas a um Acordo de Livre-Comércio, similar ao acordo entre o Brasil e o México, pelo qual são outorgadas preferências recíprocas, outro acordo entre o México e o MERCOSUL, relativo ao comércio do setor automotivo, e outro acordo entre a Argentina e o Uruguai sobre produtos do mesmo setor.

Esse grupo de acordos, aos que se somam 94 Protocolos Adicionais entre diversos países da ALADI, permitiu ao Conselho de Ministros da ALADI prever que “como resultado do processo, em 2007, 87,1% do comércio intra-regional estará plenamente liberalizado”.

Naturalmente, a estreita coordenação com os diferentes organismos de cooperação e integração regionais, especialmente com a Comunidade Andina e com o MERCOSUL, bem como, quando do caso, com o Grupo do Rio, constituem mandatos claros e iniludíveis.

Paralelamente, as mudanças ocorridas na lista dos Estados Associados ao MERCOSUL configuram um processo significativo, que a ALADI deverá levar em conta na construção progressiva do Espaço de Livre-Comércio.

Um dado importante, sem dúvida, é que as exportações de todos os países-membros da ALADI para o resto do mundo, sem exceção, aumentaram, e as perspectivas para a região, para o ano 2005, segundo a CEPAL, indicam uma projeção de crescimento de 4%.

No entanto, é preciso lembrar que, nesta matéria, embora percebamos tendências positivas, elas não estão livres do risco de variações bruscas nos preços que, em alguns casos, por exemplo, o petróleo, caso paradigmático, que mostra aumentos maiores e, em outros, quedas preocupantes nos preços.

Nesta descrição do cenário onde está hoje a ALADI, não podemos esquecer o relacionamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o BID-INTAL, com a Corporação Andina de Fomento, a CAF, e com outras entidades, que, no âmbito da cooperação, grande parte já está em processo, mostra como é possível atingir excelentes oportunidades por meio de outras formas de colaboração.

Nesse sentido, a presença na ALADI do Presidente do BID, Contador Enrique Iglesias, em 16 de abril de 2004, e a do Economista Enrique García, Presidente da CAF, em 13 de agosto do mesmo ano, ambos aqui, nesta Casa, mostram o significado outorgado a essa cooperação.

Também, ampliar o relacionamento da ALADI, como já disse antes, com atores públicos e privados da região e, também, de fora da região, faz parte de uma “mudança qualitativa” impossível de postergar.

Devo mencionar, como Secretário-Geral, os encargos recebidos dos Presidentes da América do Sul, reunidos em 8 de dezembro de 2004 na cidade de Cuzco, por ocasião da celebração das gestas libertárias de Junín e Ayacucho, e da convocação do Congresso Anfictiônico do Panamá.

Esses encargos, que compartilhamos com o senhor Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, com o Diretor da Secretaria do MERCOSUL, com o Secretário-Geral da Comunidade Andina e com a Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, nos dizem a respeito da cooperação dos Ministros de Relações Exteriores na elaboração de propostas de uma “instância máxima de condução política e de Chanceleres” para a denominada Comunidade Sul-Americana de Nações.

A ALADI é uma organização flexível, pela amplitude de seus princípios: pluralismo, convergência, flexibilidade e tratamentos diferenciais, todos eles consagrados de forma preceptiva no Tratado de Montevideu 1980.

Mas, ao mesmo tempo, é uma entidade cujos mecanismos abrangem as preferências econômicas por meio das preferências regionais, os acordos de alcance regional e os acordos de alcance parcial.

Isto é, a ALADI conta com um instrumento básico, o Tratado de Montevideu 1980, adequado e ajustado às necessidades institucionais, bem como com um grupo de Resoluções que habilita seu funcionamento.

Se isso é fundamental, não é menos importante a decidida vontade política dos países-membros da ALADI, claramente expressa na referida Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, de outubro do ano passado.

Nessa ocasião, tão relevante, manifestou-se uma visão comum a respeito da construção do Espaço de Livre-Comércio, e um sentido de “pertencer” à entidade ALADI, que era muito necessário e que, afortunadamente, hoje temos e renova a confiança na Organização.

Leio textualmente: “a convergência entre o MERCOSUL e a CAN e o Chile, por meio do estabelecimento da área de livre-comércio”, como consta da referida Declaração de Cuzco, terá de ser feita “com base no pertinente na Resolução 59...”, que já comentamos, “e sua evolução para fases superiores da integração econômica, social e institucional”.

Encontramos aqui um importante endosso dos Presidentes ao projeto da ALADI de atingir o que poderíamos chamar de “homogeneidade institucional básica”, como o trouxe à tona um importante setor da doutrina, visualizada não apenas por sua história, rica, diga-se de passagem, embora não isenta de atrasos e, até, de frustrações, mas por sua vigência e atualidade, por sua idoneidade técnica, pela qualidade das prestações aos Estados-membros e à região latino-americana em conjunto, bem como por sua disposição para servir de foro permanente de intercâmbio, análise e negociação.

Essa visão comum fica registrada na agenda da ALADI, que inclui todos os Estados-membros, estejam ou não agrupados em sub-regiões. Todos, repito, todos os Estados-membros por igual.

Hoje estão dadas as condições propícias para despertar e estimular energias criativas próprias da cultura e dos valores de nossa América Latina, para tornar nossa ALADI em referente verdadeiro e singular neste caminho da integração, assumido pelas constituições de nossos países como um modelo a ser protegido e desenvolvido.

Vale, ainda, agradecer ao senhor Secretário-Geral que me precedeu, toda sua colaboração nestes anos e suas palavras de ontem e, especialmente, seu relatório sobre a evolução do processo de integração no ano 2004, tão útil, bem como suas reflexões a respeito do papel da ALADI.

Fazendo um balanço, podemos concluir dizendo que a ALADI conta com as ferramentas normativas, institucionais, materiais, técnicas-profissionais e de administração necessárias. Contamos, ainda, e isso é fundamental, com um mandato político superior, claro e categórico.

A responsabilidade de cumpri-lo é dos órgãos da ALADI e dos Estados nela representados.

Por último, e mais específico no que respeita a minha tarefa como Secretário-Geral, trabalharei, a partir de hoje, senhor Presidente, com o Comitê que o senhor hoje conduz, bem como com todos e cada um de seus integrantes. Perante os senhores e na presença de tão qualificadas testemunhas, comprometo-me a fazer isso.

Muito obrigado por sua atenção e por sua presença.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Agora tenho a honra de dar a palavra ao doutor Reinaldo Gargano, Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO URUGUAI (Reinaldo Gargano). Bom dia a todos, compatriotas, cidadãos e cidadãs da América Latina, Embaixadores de outros países amigos; fui convidado ontem à noite para participar da tomada de posse do novo Secretário-Geral da República Oriental do Uruguai. Desejo-lhe muito sucesso na sua gestão em benefício do processo de integração da América Latina.

Dizia Pirandello: “*questa notte si recita a soggetto*” que queria dizer, esta noite se recita improvisando, e como não é de noite, não vou improvisar, vou dizer as mesmas palavras que já foram ditas. Tenho uma lembrança muito especial desta Organização, porque trabalhei com o doutor Arturo Durán desde 1956, quando foi debatido durante 4 anos a discussão que levou à concretização da ALALC, de modo que quase tenho os mesmos anos de vida política desta organização.

E recolhendo simplesmente algumas das coisas dos muito bem estruturados discursos do senhor Presidente e do Senhor Secretário-Geral, desejo manifestar que evidentemente houve um avanço, diria mais na consciência que na realidade e nos resultados positivos, no processo de integração. Assinamos muitos Protocolos nestes 40, 50 anos quase; vivemos em um espaço continental, em uma região que creio é a mais rica do planeta, que possui todo o petróleo que possamos consumir, que tem a maior quantidade de água doce do mundo, que tem minerais, que exporta e que não manufatura e onde depois de transcorrido todo esse tempo sobre 500 milhões de habitantes, quase 500 milhões, se contamos o CARICOM e demais, a região tem 250 milhões de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza.

Esse é um resultado e um insulto à sensatez humana. Em um mundo onde existe tanta riqueza... Hoje pela manhã li o primeiro capítulo de um livro que me deu de presente o Embaixador argentino, de Jean Ziegler, onde se fala da economia mundial e da situação e nele diz que temos 6 bilhões de pessoas no mundo e 2 bilhões de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza e que o mundo tem capacidade de produzir alimentos para dar as necessárias calorias a mais de 20 bilhões de pessoas.

A integração é criada para o desenvolvimento e para a eliminação da pobreza, para elevar a dignidade humana dos que estão no processo de integração.

Aprendi algumas coisas neste tema. Assisti na Espanha ao processo de incorporação da Espanha à União Européia. Sei que não é fácil, ninguém dá de presente absolutamente nada, nem nós nem nossos sócios. Devemos discutir o processo de integração com absoluta, diria, verdade, sobre os temas e dizer que a integração beneficia a todos. Se beneficia alguns em detrimento de outros não há integração possível e por isso o Governo que represento hoje aqui ajudará à tarefa do conjunto dos países que integram a Associação Latino-Americana de Integração a levar adiante um processo que lhe permita a esta Organização ser, ao mesmo tempo, o mecanismo impulsor disto novo que nasceu em Cuzco, que é a Comunidade Sul-Americana das Nações, que terá etapas, deverão ser reforçados os laços do MERCOSUL com a Comunidade Andina das Nações, que deverá resolver muitos problemas também dentro do MERCOSUL para avançar para metas de desenvolvimento sustentável que permitam ir eliminando este flagelo, que é a pobreza, e forjar as bases da estabilidade política e da paz. A paz está fundamentada na justiça e a injustiça é a origem das guerras e dos enfrentamentos.

O Governo que integro tem a intenção de ajudar em todo para que a América Latina recupere no mundo seu peso político e busque os equilíbrios necessários para que a paz seja produto também de sua participação e isso depende dos países que os senhores representam aqui, que sejam capazes de unir-se e de ter uma voz comum no mundo.

Desejo muitos êxitos na gestão do novo Secretário-Geral. Nosso Representante aqui terá este discurso muito breve e conciso, tratando de realizar a idéia central de nosso prócer José Artigas que dizia: a América é um sistema. Por isso vamos trabalhar juntos com honestidade, com lealdade, mas defendendo, como corresponde, os interesses de nosso povo no processo de integração, tanto regional quanto latino-americano. Muito obrigado.

- Aplausos

PRESIDENTE. Muito obrigado. Desejo agradecer a presença especialmente do senhor Chanceler da República, dos doutores Sanguinetti e Batlle ex Presidentes da República e do ex Vice-presidente, Luis Hierro e de todos e cada um dos senhores nesta sessão e convido-os para um brinde de honra.

Solicito aos senhores Representantes Permanentes que se aproximem para uma foto com o novo Secretário-Geral.

Encerra-se a sessão. Obrigado.
